



CNH AUTOMÁTICA

Saiba como ser um 'bom condutor'

Governos vão usar histórico positivo do motorista como critério para emissão da carteira

PARA
ACESSAR
APONTE
O CELULAR
PARA
O QR CODE

ANDRÉ COELHO/6-7-2007



Sem anestesia. Paciente da antiga Casa de Saúde Dr. Eiras olha por um buraco na parede: internos recebiam eletrochoques

MARCELO REMÍGIO
marcelo.remigio@oglobo.com.br

Por volta de 1930, internada no Sanatório Pinel, em São Paulo, Maria Helena, de 40 anos, escrevia cartas na tentativa de provar que estava sã. Ela alertava que era vítima do marido: o acusava de tentar se livrar dela sem terminar o casamento — o matrimônio era uma cobrança da sociedade paulistana. A saída encontrada por ele foi a internação da mulher num hospital psiquiátrico, segundo os relatos. A antiga unidade de saúde, criada em 1929 em Pirituba, na capital, era particular e atendia a pacientes de alto poder aquisitivo. Com exceção da correspondência endereçada ao seu médico, as demais nunca chegaram aos seus destinos e foram anexadas ao prontuário.

A história de Maria Helena (nome fictício, a pedido do pesquisador) é uma de muitas dos arquivos de hospitais psiquiátricos criados no século XX e que por anos ficaram esquecidas por falta de permissão de acesso aos prontuários.

— Muitas cartas entregues aos médicos acabavam tendo efeito contrário. Eram usadas como possíveis provas de doenças mentais — explica o professor de História da Universidade Federal de Jataí (UFJ), em Goiás, Éder Mendes de Paula, que integra uma turma de pós-doutorado da USP.

SEM DIAGNÓSTICOS

O trabalho acadêmico de Éder tem como um dos focos o resgate da memória de hospitais psiquiátricos, que enfrentam um apagão histórico em seus acervos, além do estudo da medicação usada à época.

Os grandes manicômios foram fechados após a reforma manicomial, iniciada nos anos 1970 e oficializada em 2001. Éder integra um dos grupos de preservação da memória criados no país para salvar informações dessas unidades, que tinham em comum a internação não só de pacientes com doenças mentais, mas também de pessoas rejeitadas por suas famílias ou alvo de perseguições políticas. Em alguns casos, apontam as pesquisas, somente 30% eram de pacien-

tes com problemas mentais.

Em documentos acessados por pesquisadores de antigos manicômios de Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo foi possível encontrar informações e indícios de internações sem diagnósticos clínicos de mulheres que chegaram aos hospitais por perderam a virgindade antes do casamento, por serem mães solteiras ou por trabalharem como prostitutas. Havia ainda homossexuais, perseguidos políticos e pessoas consideradas “rebeldes” pelas famílias.

Em Goiânia, pesquisadores da Universidade Federal de Goiás (UFG) criaram o Museu Virtual da Saúde Mental. No acervo digitalizado é possível acessar o Memorial Aduato

Botelho, com dados do antigo hospital de mesmo nome.

De acordo com a professora e pesquisadora Larissa Arbués, que coordena o museu e o projeto Memória da Saúde Mental em Goiás, a equipe e o Ministério Público de Goiás miram agora os prontuários. Larissa e técnicos do MP estiveram há duas semanas no Pronto Socorro Psiquiátrico Wasily Chuc, em Goiânia, que guarda o acervo dos pacientes.

— Estamos em busca de um local ideal para acomodar o material. Há conversas com o arquivo público do estado. A proposta é dar acesso às informações para a população do que é permitido pela legislação e aos prontuários familiares e pesquisadores — explica. Maior hospital psiquiátrico

MEMÓRIA DA LOUCURA

Acervos de manicômios revelam internações que vão de mães solteiras a perseguidos políticos



História. Pacientes em uma ala masculina do Hospital Colônia de Barbacena: o cotidiano da unidade é abordado pelo Museu da Loucura

grupo, criado em 2021, produziu o filme “Eiras, Paracambi”. Para Jacqueline, a história da unidade é um quebra-cabeças, que precisa ser montado.

— Há um longo caminho pela frente. Não se pode deixar um dos mais importantes hospitais para a história da Psiquiatria ficar sob risco de apagamento — acrescenta Désirée.

Assim como no Aduato Botelho, no Dr. Eiras pacientes davam entrada sem identificação e permaneciam sem contato com a família. O manicômio pertenceu a Leonel Tavares de Miranda, ministro da Saúde entre 1967 e 1969. Há o registro da prisão de perseguidos políticos no local, como o líder estudantil Cirilo Barbosa. Alvo de torturas, ele foi resgatado nos anos 1980 pela família após a Lei da Anistia. Sua internação foi justificada por quadro de esquizofrenia, contestada posteriormente.

CAMPO DE CONCENTRAÇÃO

Comparado a um campo de concentração, o Hospital Colônia de Barbacena teve as atividades encerradas no final de maio. Inaugurado em 1903 para receber pacientes com tuberculose, o local se transformou num manicômio em que morreram cerca de 60 mil pessoas. Do total de internos, 70% não tinham diagnósticos clínicos. A história da unidade é contada pelo Museu da Loucura, que reúne documentos, fotos, instrumentos cirúrgicos e objetos de pacientes.

Na unidade houve violações dos direitos humanos e 1.800 corpos foram vendidos sem autorização de familiares para universidades. Entre elas, a Federal de Juiz de Fora (UFJF), que recebeu 169. Em maio, a instituição fez uma retratação pública. Outros corpos desapareceram com uso de ácidos.

O amplo acervo fotográfico do museu mostra o drama dos pacientes, que passavam fome, bebiam água em poças e recebiam eletrochoque. Os prontuários estão sob a guarda do governo do estado. O acesso ainda é limitado e passa por uma avaliação da Secretaria de Saúde. Entre os pacientes sem diagnóstico clínico estavam crianças órfãs que trabalhavam no local, grávidas solteiras, homossexuais, dependentes químicos e presos políticos.

Na Casa de Saúde Dr. Eiras, em Paracambi, na Baixada Fluminense, maior hospital psiquiátrico da América Latina, além de pacientes com problemas mentais, foram parar no local presos políticos, imigrantes e pessoas em situação de rua, que deram entrada sem identificação e por lá viveram por décadas. Antigos funcionários relatam casos como a de uma mulher japonesa, que chegou à unidade sem saber falar português. A imigrante foi acusada pela repressão de ser espiã do Japão.

A memória do hospital é resgatada pelo Grupo de Pesquisas Eiras-Paracambi, formado pelas pesquisadoras e psicanalistas Désirée Simões e Jacqueline da Costa, e pelo cineasta e produtor Antonie de Mena. O

de Goiás, foi no Aduato Botelho que permaneceu internado o imigrante polonês Pawel Gutko. Perseguido pela ditadura, ele chegou ao local com o diagnóstico de esquizofrenia paranoide. Muito além de seu quadro clínico, as pesquisas apontam que Gutko teria sido usado para dar início ao processo de cassação do governador de Goiás Mauro Borges, contrário ao regime militar. A repressão teria creditado ao imigrante a informação de que Teixeira era comunista. Éder, que pesquisou o fato, conta que Gutko foi vítima de tortura física e psicológica “a partir de uma trama criada pelos militares de que a embaixada chinesa enviava dinheiro para Mauro Borges fazer um levante comunista no estado.”